

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

DIREITO INTERNACIONAL I

EDUARDO BIACCHI GOMES

FABRICIO BERTINI PASQUOT POLIDO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito internacional I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes, Fabricio Bertini Pasquot Polido – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-319-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Direito Internacional. I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

DIREITO INTERNACIONAL I

Apresentação

As atividades realizadas dentro do XXV CONPEDI, no mês de dezembro na cidade de Curitiba, foram significativamente importantes para a contribuição científica e acadêmica, especialmente no que diz respeito aos Grupos de Trabalho e artigos apresentados no decorrer do evento e que refletem a maturidade acadêmica dos pesquisadores da área do direito e especialmente do Direito Internacional.

De forma a observar a referida qualidade dos trabalhos, foram realizadas as atividades referentes ao GRUPO DE TRABALHO de DIREITO INTERNACIONAL I e que contou com a apresentação e discussão de vinte textos, previamente selecionados pelos avaliadores do CONPEDI e debatidos no Evento.

Como forma de melhor estruturar e organizar os textos, o livro foi dividido em capítulos específicos, de forma a observar a pertinência dos temas, buscando dar maior homogeneidade.

A divisão dos artigos se deu de forma criteriosa, partindo-se de temas gerais para os mais específicos, de forma a observar que os textos perpassam por uma sequência lógica de capítulos e temas, o que permite que os trabalhos dialoguem entre si.

Assim, o livro começa com a temática sobre Direito Internacional Geral, com temas voltados ao debate entre soberania e Estado Nação, fontes do Direito Internacional, Governança Global e uma releitura dos precursores do Direito Internacional Público.

Na sequência, apresentamos ao leitor o Capítulo voltado aos temas sobre Direitos Humanos e que atualmente possuem grande relevância dentro do Direito Internacional. Temas importantes na pauta nacional e agenda internacional são debatidos como o diálogo intercultural e a superação entre relativismo e o universalismo cultural, Tribunal Penal Internacional, Convenções da OIT e trabalhos nas fronteiras, questões de gênero dentro de uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal e o diálogo entre jurisdições dentro do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Na parte dos artigos de Direito da Integração, apresentamos ao leitor temas de grande interesse, como questões voltadas ao Brexit e a possível saída do Reino Unido da União

Europeia, perspectivas e desafios, na temática voltada a proteção dos Direitos Humanos dentro da Integração, o conceito e a compreensão quanto a cidadania da União Europeia. Dentro da mesma linha de pensamento, a aplicação dos Direitos Humanos no Mercosul. Finalmente, dentro do Mercosul, desafios para o desenvolvimento econômico do bloco, a partir do federalismo.

Ao se trabalhar sobre os temas de meio ambiente, são apresentados os temas sobre empresas transnacionais e meio ambiente; mudanças climáticas e seus impactos jurídicos, assim como Direito ao Desenvolvimento e as semente geneticamente transformadas.

Finalmente quanto a temática de Direito Tributário Internacional, apresentamos aos leitores os artigos que versam sobre cooperação jurídica internacional em matéria tributária, em artigos que se complementam e demonstram a importância do tema.

Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes - UNIBRASIL

Prof. Dr. Fabricio Bertini Pasquot Polido - UFMG

BREXIT E O DIREITO COMUNITÁRIO: O COMEÇO DO FIM DO SONHO EUROPEU DE INTEGRAÇÃO

BREXIT AND THE COMMUNITY LAW: THE END OF EUROPEAN INTEGRATION DREAM

Wilson de Jesus Beserra de Almeida ¹
Celso Antonio Pires Ferreira ²

Resumo

Na Segunda Grande Guerra os líderes europeus iniciaram as negociações para a criação de um bloco europeu com duas finalidades principais: a paz perpétua na Europa e a reconstrução da economia destruída na guerra. Mais de 70 anos depois os britânicos foram às urnas no dia 23 de junho de 2016 para, por meio de um plebiscito, definirem rumos cruciais para o futuro do Reino Unido, sendo que tal decisão terminou por surpreender a sociedade internacional. É possível que aumente a fragmentação e a ameaça de novas guerras. Este artigo investiga as possibilidades dessas suposições e inferências

Palavras-chave: Direito internacional, Direito comunitário, Brexit

Abstract/Resumen/Résumé

At the end of World War II European leaders started negotiations for the creation of a bloc with two main purposes: a perpetual peace in Europe and the reconstruction of the economy destroyed in the war. More than 70 years after the British went to the polls on June 23, 2016 to, through a plebiscite, define key directions for the future of the United Kingdom, and such decision ended up surprising the international society. It is possible to increase the fragmentation and the threat of new wars. This paper investigates the possibilities of these assumptions and inferences

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: International law, Community law, Brexit

¹ Pós-doutor

² Mestre

1. Introdução

Os britânicos foram às urnas no dia 23 de junho de 2016 para, por meio de um plebiscito, definirem rumos cruciais para o futuro do Reino Unido, sendo que tal decisão terminou por surpreender a sociedade internacional. Os eleitores tiveram a opção de permanecer na União Europeia ou abandonar o bloco europeu e acabaram por escolher a segunda opção. Noticiou a revista francesa *L'OBS* (2016, juin p.17):

L'évidence, le 23 juin 2016 marque un tournant dans l'histoire de l'Europe. Plus rien ne sera vraiment comme avant. Que les Britanniques votent pour ou contre la sortie de l'Union européenne, un nouveau principe de réalité s'impose. En plaçant les interrogations sur la souveraineté, l'immigration et l'identité au cœur du débat, les millions de partisans du «Brexit», qui partagent désormais l'euroscpticisme avec une majorité d'Européens, ont mis fin à l'entre-soi des chefs d'Etat.¹

Nunca um país membro – a exceção da Groenlândia em 1985² – havia se retirado da integração regional dos 28 países, que continuamente desde seu início só tinha se expandido. A saída britânica foi interpretada como um forte retrocesso ao projeto de integração da unidade europeia, cujas origens remontam o período pós Segunda Guerra Mundial. Esta decisão foi a mais importante para os britânicos desde 1975, quando dois terços do eleitorado preferiram ingressar na então Comunidade Econômica Europeia – C.E.E.

A campanha pela opção em permanecer ou não na União Europeia recebeu o nome de “Brexit”, que é a abreviação das palavras em inglês *Britain* (Grã-Bretanha) e *exit* (saída). Designando assim a saída do Reino Unido do bloco europeu. O termo remonta à

¹ Tradução livre: “Evidenciou-se, no dia 23 de junho de 2016 uma data transformadora para a história da Europa. Nada realmente permanecerá como antes. A votação britânica que decidia sobre a permanência ou saída da União Europeia, demonstrou que os princípios da integração devem ser repensados. Ao colocar as questões sobre a soberania, a imigração e identidade no centro do debate, os milhões de apoiantes do "Brexit", que agora compartilham eurocepticismo com uma grande partes dos europeus, terminou por assim pressionar os chefes de estado do bloco europeu”.

² Em 1982, a Groenlândia, uma grande ilha no Oceano Ártico, – que vem a ser território da Dinamarca, mas apesar disso vem conquistando mais autonomia nas últimas décadas – deliberou por retirar-se da então Comunidade Econômica Europeia – C.E.E., tendo obtido a separação após três anos de negociações. O processo foi complexo, ainda que possua menos de 60 mil habitantes, a Groenlândia necessitou de mais de 100 reuniões com representantes do bloco europeu – indicando assim uma penosa transição para o Reino Unido, com uma economia bem mais rica e uma população de 65 milhões. As dificuldades enfrentadas pela Groenlândia também implicaram negociações com a Dinamarca, em razão de o território, apesar de sua autonomia, fazer parte do país. A ilha quis deixar o bloco europeu em virtude da política de regulamentação de cotas pesqueiras – que faz parte das competências da União Europeia – e a Groenlândia não concordava com os termos impostos, pois afetavam economicamente sua principal fonte de renda. Atualmente o território encontra-se arrependido com a saída do bloco, pois é muito difícil concorrer comercialmente com a China; contudo, nos dias de hoje a maior preocupação da Groenlândia é com sua independência em relação a Dinamarca.

discussão sobre a então possível saída da Grécia do euro, em 2012, que à época, gerou a abreviatura “Grexit”. No contexto da campanha britânica, o termo “Brexit” se converteu na palavra mais usada para tratar do debate em relação a permanência ou não na União Europeia³.

Os eleitores britânicos responderam à pergunta, segundo a qual o Reino Unido deveria permanecer como membro da União Europeia ou sair do bloco, e de forma objetiva os britânicos afirmariam se “sim” ou “não”. A decisão, por uma mínima maioria, foi pela saída do bloco. De início, o governo britânico queria uma formulação diferente, perguntando aos eleitores se queriam continuar na União Europeia. Mas as autoridades eleitorais consideraram que dessa forma a pergunta poderia induzir respostas a favor de permanecer no bloco europeu.

Tecnicamente, o plebiscito não é vinculante. Em tese, os parlamentares também poderiam impedir a saída do bloco, contudo ponderar no sentido de contestar os eleitores seria um suicídio político para muitos membros do partido conservador, que atualmente controlam o Legislativo britânico. A origem da necessidade em fazer esse plebiscito remonta à eleição do Primeiro Ministro David Cameron, onde dentre as promessas de campanha, encontrava-se uma que era justamente a realização do plebiscito, no caso de sua vitória nas eleições parlamentares de 2015. A realização do plebiscito foi em verdade uma resposta à pressão crescente, inclusive dentro do seu próprio partido, para que o projeto de integração da Europa fosse levado a voto popular.

Muitos dos chamados “eurocéticos” – aqueles que são contra a unidade do bloco – argumentam constantemente que a União Europeia cresceu em excesso nas últimas décadas e acabou por exercer cada vez mais controle sobre a vida cotidiana dos britânicos; enfraquecendo cada vez mais sua soberania. As pressões e expressões de exaltação e afastamento majoraram com o crescimento eleitoral do partido nacionalista escocês “Ukip”, que através de seu máximo representante, Nigel Farage, defendia fortemente a saída da União Europeia. Expressou a revista inglesa *The Economist* (2006, *july* p.9):

Many Brexiteers built their campaign on optimism. Outside the European Union, Britain would be free to open up to the world. But what secured their victory was anger. Anger stirred up a winning turnout in the depressed, down-at-heel cities of England (see Bagehot). Anger at immigration, globalization, social liberalism and even feminism, polling shows, translated into a vote to reject the EU. As if victory were a licence to spread hatred, has since lashed Britain’s streets with an outburst of racist abuse.

³ http://www.nytimes.com/2016/06/21/world/europe/brexit-britain-eu-explained.html?_r=0

Em uma percepção ideológica, as origens da oposição à União Europeia remontam a tensões históricas entre o Reino Unido, que nunca abraçou uma identidade europeia como Alemanha ou França, e seus vizinhos no continente. Entre as novas e velhas tensões estavam o discurso antiquado da defesa da soberania nacional, do orgulho pela identidade britânica, da desconfiança com a “burocracia de Bruxelas”⁴ – como chamam o parlamento europeu, e, por último, com o controle de fronteiras ligado às questões de segurança interna e defesa – que veio intensamente ao debate em virtude da crise dos refugiados. Conforme a revista *Time* (2016, July p.14) “*in Britain and across Europe, Brexit has unleashed a wave of emotion and triggered rounds of complex political calculation*”.

A União Europeia é consequência de um processo de integração regional que formou uma união econômica e política de 28 Estados membros. Suas origens remontam à Comunidade Econômica Europeia (C.E.E.), criada em 1957 por seis países que assinaram o Tratado de Roma. O Reino Unido aderiu à C.E.E. em 1973 e, dois anos depois, após renegociar suas condições, realizou um referendo sobre a sua permanência no bloco⁵.

A integração foi aprovada por 67% dos eleitores. Na ocasião, o Reino Unido padecia com o declínio industrial, inflação alta e convulsões decorrentes de greves trabalhistas e o então premiê Harold Wilson conseguiu demonstrar que a integração com a Europa seria benéfica para a economia do país. Entretanto, quando o “Espaço Schengen”, estabelecendo uma fronteira comum, foi criada, em 1985, o Reino Unido preferiu por manter-se à margem do aprofundamento do bloco. E, não obstante, integrar desde 1993 o mercado único e a livre circulação de bens e pessoas, o Reino Unido preferiu não adotar a moeda comum – o euro, mantendo sua própria moeda, a libra esterlina.

A percepção generalizada na Europa, corrobora que há anos, o país mantém com a União Europeia uma relação complexa, permeada por temas como centralização por parte das entidades supranacionais que comandam o bloco e manutenção do controle nacional, ou seja, trata-se de aspirações referentes a uma maior rigidez na soberania do Reino Unido. Outro fator muito importante diz respeito a questões econômicas, que fora a atual crise da imigração, também foi questão central nessa relação com o continente.

⁴ <http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/eu-referendum-brexit-would-prompt-regulationfest-of-replacing-brussels-bureaucracy-leading-lawyers-a6927746.html>

⁵ https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/unitedkingdom_en

Um dos argumentos pela separação utilizados na campanha pela retirada do bloco foi de que, não obstante a importância dos problemas migratórios, a economia britânica de hoje é muito mais fecunda e inventiva que a dos anos setenta, sendo supostamente limitada e prejudicada pela centralização das decisões do bloco europeu. Contestando tais percepções afirma a revista *Time* (2016, July p.15) que “*but the terrible irony is that balkanized post-Brexit world, it will be even harder for governments to act, in part because the trust gap between the elites and the masses is so wide*”.

No início do ano de 2016, o Primeiro Ministro David Cameron renegociou certas condições especiais para o Reino Unido dentro do bloco europeu. Dentre outros privilégios que já possui, o país recebeu garantias de que não seria discriminado por não integrar a zona do euro, obteria proteções especiais para a cidade de Londres – mercado financeiro mais importante da Europa – frente a regulações financeiras do bloco e ainda ganharia o direito de limitar os benefícios de imigrantes europeus no país. Avaliou a revista *The Economist* (2016, February p.51):

The changes are insubstantial, but the negotiation’s importance is symbolic. Mr Cameron, who has said he would vote to leave an unreformed EU, needed to secure concessions of some sort to justify campaigning to stay in; the deal also aimed to show swing-voters that he could influence Brussels [...].

Cameron sustentara que essas novas condições permitiriam ao Reino Unido ficar na União Europeia dentro dos seus próprios termos. Todavia, a insaciabilidade dos críticos eurocéticos assegurava que as condições permanecessem aquém das expectativas, e que só o afastamento total britânico, frente a União Europeia, permitiria ao Reino Unido determinar suas próprias regras. O Primeiro Ministro, concordou com a realização do plebiscito, entretanto sua posição foi favorável à permanência do país no bloco europeu.

Importantes vozes defenderam a permanência, entre os líderes estrangeiros, o presidente americano Barack Obama⁶ foi acusado de ingerência ao defender a permanência do Reino Unido na União Europeia. França e Alemanha, assim como organizações internacionais multilaterais – como o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) – também expuseram suas preferências no sentido de que os britânicos tivessem permanecido no bloco.

Os ativistas mais contundentes pela saída foram os membros do partido nacionalista escocês “Ukip”, especialmente seu líder, Nigel Farage. Nas últimas eleições britânicas, o “Ukip” obteve 13% dos votos, embora sua representação no Parlamento seja

⁶ “*The US and the world need your outside influence to continue – including within Europe*” – Revista *The Economist*, junho de 2016, p.23.

insignificante devido ao sistema eleitoral britânico⁷. Em torno da metade dos parlamentares conservadores também se posicionaram contra a permanência na União Europeia, contrariando assim a vontade do Primeiro Ministro David Cameron. Determinados parlamentares do Partido Trabalhista também foram a favor da saída, ecoando críticas de algumas alas da esquerda britânica, descontentes com as políticas de austeridade e liberalismo econômico promovidas pelo bloco. Noticiou a revista *The Economist* (2014, October p.56) que “[...] According to a YouGov poll only 11% of voters say they will probably vote for UKIP in next year’s general election. Even including those who say they would consider doing so, this rises only to 27%”.

Comprova-se que apesar da fraca representatividade interna, os partidos populistas souberam canalizar as aspirações de um povo iludido. Para isso, um meio importante foi aproveitado, ocasionando muita desinformação entre os cidadãos britânicos, e esse meio foi o deslocamento do núcleo do debate em torno do que realmente é a União Europeia. Muitos dos que defendiam a retirada do Reino Unido do bloco, firmaram-se na temática imigração e terrorismo. Sendo que a importância da decisão em torno do plebiscito transcendia o limitativo aspecto da crise de refugiados.

Possivelmente em virtude da plausibilidade e da concretude do tema, o cidadão mais simples acabou por se afastar do debate em torno de abstrações macroeconômicas e se firmou no imigrante que mora ao seu lado. Não podemos confundir o refugiado com o terrorista. Define a Organização das Nações Unidas (2014, p.218):

Refugees are defined as those who have fled their countries because of a well-founded fear of persecution due to their race, religion, nationality, political opinion or membership in a particular social group, and who cannot or do not want to return. It also includes persons who have fled war or other violence.

Refugiado não tem interesse em simplesmente migrar, ele é obrigado a isso por uma conjuntura que o impossibilita permanecer em sua terra natal. Quando ele não é aceito, acaba por se isolar em guetos formados por compatriotas seus e não se integram ao Estado receptor. Essa ausência de receptividade pode conduzir a variados resultados, dentre eles revoltas emocionais por falta de oportunidades que conduzam a insurreições supostamente revolucionárias que atentem ao *status quo*.

Na situação específica do Reino Unido, seu assentimento pelo ingresso de refugiados está muito distante de países como a Alemanha, e o fato de se isolar ou construir um “muro” como aventou o candidato a presidência dos Estados Unidos,

⁷ <http://www.parliament.uk/mps-lords-and-offices/mps/current-state-of-the-parties/>

Donald Trump, na fronteira americana com o México, não irá resolver os problemas com a imigração⁸.

Muitos britânicos concordam que a resolução dos problemas não ocorrerá com o isolamento, e contrariados com o resultado do plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, mais de dois milhões de pessoas já assinaram uma petição solicitando uma segunda consulta. Com uma participação de 72% do eleitorado, o plebiscito teve 17.410.742 votos a favor da saída do bloco e 16.577.342 votos a favor da permanência.

Os jovens, que em sua maioria votaram por permanecer na União Europeia, sem dúvidas, foram os principais derrotados nesta decisão histórica. Refletindo essa frustração, a petição que pede uma nova votação tem mais assinaturas do que qualquer outra no site do Parlamento e, como passou dos 100.000 apoiadores, será respeitada no debate sobre o tema. Noticiou a revista *The Economist* (2016, July p. 10):

Brexit's grisly first week, and the misery ahead, have already provoked buyer's remorse. More than 4m people have signed a petition calling for a re-run of the vote. An instant rejection of the result would be wrong. Although we regret the Brexit vote, 34m people have cast their ballot and the result was clear.

Conforme pesquisa oficial do governo, *YouGov*⁹, 75% dos eleitores entre 18 e 24 anos votaram pela permanência do bloco europeu. 56% dos eleitores entre 25 e 49 anos também foram a favor da continuidade no bloco. Entre os eleitores com idades entre 50 e 64 anos, apenas 44% queriam ficar na União Europeia. E entre os com mais de 65 anos, apenas 39% votaram pela permanência. Avaliou a revista *Time* (2016, July p.12):

But it wasn't [...] [...] generation that decided the result. Across the U.K., only about 19% of people between the ages of 18 and 24 supported Brexit, according to a survey conducted by the YouGov polling agency. Among those retirement age, who grew up before the E.U. was created, a staggering 59% wanted their country to leave. That shows how badly the E.U. has failed in trying to foster a sense of belonging among its older citizens.

Essa divisão suscitou críticas de muitos jovens, pois gerou um paradoxo onde os mais velhos determinaram o futuro em que não irão viver – enquanto os mais novos se viram tolhidos da integração. Objetivamente, a extensão da perda de oportunidades para os jovens britânicos é incalculável. O isolamento provido mentalidade retrógrada foi um penoso baque contra a nova geração, que já se encontra preocupada com as decisões isolacionistas tomadas no presente.

⁸ <http://www.nytimes.com/2016/07/24/us/donald-trump-wall-immigration-ranchers.html>

⁹ <https://yougov.co.uk/news/2016/06/28/online-polls-were-right/>

No Reino Unido, a idade mínima para participar de votações é de 18 anos (na Escócia, para esse plebiscito, o limite foi reduzido para 16 anos)¹⁰. Resta evidente, que a decisão pela saída da União Europeia venceu por uma margem muito pequena – de 51,9% a 48,1%. Essa diferença acanhada no resultado do plebiscito demonstra uma ampla divisão no Reino Unido.

Foram imprescindíveis anos de deliberações e acordos para que os britânicos adentrassem à Comunidade Econômica Europeia – C.E.E., em 1975. Nesta época, muitos toleraram o ingresso exclusivamente por razões econômicas momentâneas e superficiais. Essa desconfiança se transformou em resistência e antipatia, convertida em décadas de descrença em relação à União Europeia. A geração mais nova se identifica favoravelmente ao bloco, como comprova a decomposição analítica dos votos do plebiscito. Este resultado, além do seu viés de decisão política, demonstra uma subconsciência arraigada condescendente com uma retrógrada identidade nacionalista de modelo Westfaliano.

2. A Europa pós “Brexit”.

Na política britânica, a primeira consequência da decisão pela saída, foi o anúncio de renúncia do Primeiro Ministro David Cameron, que comandou a campanha pela permanência. Em sua percepção, se 51,9% dos britânicos votaram pela saída contra 48,1%, apesar da parca diferença, não cabe mais a ele comandar os rumos do Reino Unido.

Os principais partidos políticos ampararam a campanha pela permanência na União Europeia. No entanto, existia grandes separações internas, especialmente, no Partido Conservador – de Cameron, que governava o país. A opção pela “saída”, acabou por pressionar o Primeiro Ministro David Cameron a expressar sua renúncia em seguida a divulgação do resultado. Ele havia prometido o plebiscito durante sua campanha, cumpriu o compromisso, defendeu a permanência na União Europeia e terminou vencido em suas aspirações.

A substituta escolhida de Cameron, com esse imenso desafio de negociar o “Brexit”, foi Theresa May, que era a ministra do Interior, e se tornou a segunda mulher a assumir o cargo de Primeira Ministra do Reino Unido em 25 anos, desde a precursora

¹⁰ <http://time.com/4381878/brexit-generation-gap-older-younger-voters/>

Margaret Thatcher e segundo a revista *The Economist* (2016, July p.49), “*at times she seems like a liberal, at others an authoritarian. She admires Margaret Thatcher but postures as an economic interventionist*”. E a despeito de ter apoiado a permanência do Reino Unido na União Europeia, May disse que o resultado do plebiscito deve ser respeitado.

Ainda que venha afirmando que o Reino Unido alcançará posições melhores com as negociações de saída do bloco europeu, a Primeira Ministra manteve um posicionamento discreto durante a campanha, o que alarga sua aptidão para o diálogo com os parlamentares que são a favor da saída da União Europeia.

O começo do processo formal da retirada britânica depende do acionamento da Cláusula 50 do Tratado de Lisboa, que desde 2009 opera como uma espécie de Constituição Europeia. Uma vez que o dispositivo é ativado, um país só pode voltar ao bloco europeu com o aval geral de todos outros membros – Critérios de Copenhague.

O procedimento, contudo, não é de ofício e tem de ser necessariamente ajustado com o Estado membro que pretende sair. Essa negociação tem o prazo máximo de dois anos e o Parlamento Europeu tem poder de veto sobre qualquer novo acordo que possa vir a ser formalizado entre o Reino Unido e a União Europeia. Theresa May afirmou que não ativaria o Artigo 50 antes do fim de 2016, dando tempo para o Reino Unido concluir os critérios para negociação.

Em questões geográficas, o Reino Unido é formado por quatro unidades: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte; e a desunião entre esses países restou patente e explicitada por resultados tão dessemelhantes em diferentes regiões. Na Escócia, 62% dos eleitores votaram pela permanência e apenas 38% pela saída¹¹. Essa diferença no resultado com o resto dos britânicos, tem revigorado a vontade de independência entre muitos escoceses. Em 2014, um plebiscito terminou decidindo pela continuação da Escócia no Reino Unido, e um dos argumentos principais da campanha escocesa contra a independência era o acesso à União Europeia proporcionada pela integração ao Reino Unido.

A primeira-ministra do governo escocês, Nicola Sturgeon, já fala que, em virtude da mudança nas circunstâncias, existe uma forte probabilidade de acontecer a realização de um novo plebiscito sobre a independência da Escócia¹². A Irlanda do Norte, do mesmo

¹¹ <https://yougov.co.uk/news/2016/07/30/brexit-fails-boost-support-scottish-independence/>

¹² <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/28/the-guardian-view-on-scotland-and-brexit-nicola-sturgeon-speaks-for-britain>

modo, votou pela permanência, com uma diferença de 55% contra 44% para saída. O sufrágio no País de Gales decidiu pela saída, com 52,5% contra 47,5% dos votos¹³.

A diferença entre a cidade de Londres e a maior parte da Inglaterra também foi ampla; na capital, 60% dos eleitores votaram pela permanência e 40% pela saída. O resultado do plebiscito revigorou uma campanha, em forma de um jocoso gracejo, no sentido de que a cidade de Londres improvisasse seu próprio plebiscito pela independência em relação ao resto do país.

O mais interessante em entender essa diferença, é que ela se explica, em parte, pela pujança econômica da cidade e também pela maior presença de estrangeiros. Um dos temas principais da campanha foi justamente o controle da imigração. Os moradores da cidade de Londres tendem a entender e a valorizar mais a globalização e a diferenças; ficaram mais habituados a suas consequências, sejam as positivas ou negativas. Enquanto o excesso de imigrantes, na percepção de determinado segmento dos britânicos, termina por retirar seus empregos, onerar o sistema de saúde e finalmente descaracterizar a cultura local. Afirma Millsap (2016, p.156):

Today, 59.6 million people are displaced globally, the largest population forced to leave home countries since the Second World War. The international community responded by developing systems under the United Nations to respond to future refugee crises, but the international refugee system was built upon two assumptions that have failed to hold true in the current state of world affairs.

A questão demográfica foi também largamente usada ao longo da campanha do “Brexit”. A lacuna entre gerações provavelmente seja o maior diferencial apontado no exame da votação ocorrida no Reino Unido, tendo como consequência os mais jovens escolhendo decidir pela permanência na União Europeia e os mais velhos, pela saída do bloco.

3. O Direito Comunitário e as consequências do “Brexit” no contexto europeu

O mercado comum, livre de barreiras tributárias, se formou como sendo o alicerce da economia do continente europeu. Seu cerne está no movimento de bens, pessoas e capitais. Ainda que seja admissível integrar o mercado único e não a União Europeia, como ocorre *v.g.* com a Noruega, seriam necessárias tratativas por meio de acordos a serem celebrados após a saída do bloco europeu.

¹³ <https://yougov.co.uk/news/2016/06/27/how-britain-voted/>

Conforme a revista *The Economist* (2006, July p.10), “*the Norwegian option would do the least damage to the economy. [...]*”. Os eurocéticos britânicos declaram que a economia do Reino Unido é pujante e que dela dependem muitos Estados membros da União Europeia, abrangendo inclusive a França, que exporta quantidades consideráveis de sua produção agrícola para o país.

Todavia, esse contexto político delicado envolvendo a saída do Reino Unido, tem deixado os demais Estados membros da União Europeia em uma situação complexa. A integração deve ser preservada, se fazendo imperativo a tomada de medidas que evitem a consequência, no sentido de que outros Estados membros sigam rumos semelhantes aos britânicos. Continua a revista *The Economist* (2006, July p.10):

Negotiating over Brexit will stretch the tolerance of both British voters and European leaders. Yet the EU specializes in muddled compromises and talking its way around referendums. After months of economic hardship, and recession-induced fall in immigration, British voters may be ready to think differently about the balance between immigration, the economy and their place in Europe. By far the most likely outcome of his sorry situation remains Brexit. But it would be wrong completely to discount the possibility of an inelegant, humiliating, and yet welcome, Breversal.

Neste contexto, permanecem amplas dissensões sobre as implicações econômicas do afastamento do Reino Unido. Uma apreciação do Tesouro britânico assevera que os prejuízos seriam duráveis e induziriam a uma redução do PIB de 6% até o ano de 2030. Embora exista certa concordância que o mais afetado pela saída do bloco seria o próprio Reino Unido, incontestavelmente, dada a interconexão dos mercados e a globalização, existirá também sequelas em outras partes da Europa¹⁴. Avalia a revista *The Economist* (2016, April p.53):

For EU, a vote for Brexit on June 23rd could hardly come at worse time. The club is in trouble. The Euro crisis is not over, with growth slow, youth employment high and Greece again in difficulties. The recent fall in the flows of refugees across the Mediterranean may prove temporary. Many leaders, including Germany's Angela Merkel, seem politically weakened.

The longer-term effects of Brexit would also be serious. The EU would lose much prestige from the exit of one of its biggest members. Britain is one of the few EU countries with real diplomatic and military clout. Brexit would also upset the balance power, leaving more naked both German hegemony and French weakness. And it would make the EU less outward-looking. As the centre for European Reform, a London-based think-tank, notes in a new report, a British departure would leave the EU “less liberal, more suspicious of science and more protectionist”. [...]

A União Europeia perde um Estado membro e parceiro comercial formidável a nível mundial e, por conseguinte, essa conjuntura abalará seu poder comercial a nível

¹⁴ <http://www.ft.com/cms/s/2/0260242c-370b-11e6-9a05-82a9b15a8ee7.html>

global. O momento de ruptura e retrocesso causado pelo “Brexit” deve ser compensado com uma maior coesão entre os demais Estados membros, já que o Reino Unido era um dos membros do bloco que mais se opunha ao aprofundamento e alargamento da União Europeia.

Não se sabe exatamente em qual proporção a saída do Reino Unido influenciou os movimentos nacionalistas e populistas já existentes nos Estados membros do bloco europeu. Em seguida a divulgação do resultado britânico, políticos de partidos nacionalistas de extrema-direita de países como o Reino dos Países Baixos, a França e a Itália solicitaram pela realização de consultas com a intenção de conseguir a retirada de seus respectivos países da União Europeia¹⁵. Avaliou a revista *The Economist* (2016, june p.13):

The loss of one of the EU’s biggest members would gouge a deep wound in rest of Europe. And, with the likes of Donald Trump and Marine Le Pen fueling economic nationalism and xenophobia, it would mark a defeat for the liberal order that has underpinned the West’ prosperity.

Como forma de mobilização para evitar o perigo de fragmentação do bloco, as lideranças da União Europeia consideram o uso de sanções durante as negociações dos termos de saída em relação ao Estado membro dissidente – Reino Unido. O objetivo seria desencorajar consultas análogas em outros países. A disposição dos eleitores britânicos em escolher a opção pela saída do país da União Europeia tem gerado várias solicitações de plebiscitos idênticos por parte de partidos de extrema direita de outros Estados membros do bloco europeu, é justamente tais reações que se busca controlar.

As lideranças do bloco europeu se reuniram após o plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido com o objetivo de debater o futuro do processo de integração regional da Europa. A intenção do encontro foi buscar entender as razões pelas quais a União Europeia alcançou a marca histórica de 47% de rejeição, sustentando assim os argumentos dos partidos nacionalistas e dos líderes populistas. Avalia a revista *The Economist* (2016, july p.17):

Eurosceptics across Europe are moved by dissatisfactions similar to those of Britain’s Leave voters: resentment of globalization; estrangement from elites; a sense that EU is distant, under democratic and overbearing; and, above all, a conviction that the cherished openness of the EU has let in too many foreigners who take away jobs, benefits and national identity.

¹⁵ <http://www.ft.com/cms/s/0/2b75023a-371d-11e6-9a05-82a9b15a8ee7.html>

Marine Le Pen, – uma das favoritas para as eleições presidenciais na França do ano que vem – líder do partido francês “Frente Nacional”, asseverou que os cidadãos de seu país necessitariam ter o direito de decidir sobre a permanência ou não no bloco europeu. No Reino dos Países Baixos, Geert Wilders, conclamou os holandeses para comandarem o país, o dinheiro, as fronteiras e principalmente as políticas de imigração – a Holanda terá eleições em março e pesquisas de opinião alocam Wilders como o líder na disputa. Persiste a revista *The Economist* (2016, July p.18):

The Brexit vote could alter the equation. Ms Le Pen’s strategy has been to win respectability by turning her party, previously seen as a creature of the extremist fringe, into a mainstream nationalist alternative to left and right, and the British votes makes the party Euroscepticism seem less exceptional. It puts questions of identity, immigration and national sovereignty at the centre of the debate, where she can shape the agenda and peel away votes from not only the centre-right but the left, too.

Outra pesquisa sugere que 54% dos holandeses querem um referendo/plebiscito sobre a permanência na União Europeia. Na Itália, Matteo Salvini – líder do partido “Liga Norte” – também fez declarações contra o bloco europeu e a favor de uma consulta popular, que conforme a revista *The Economist* (2016, July p.18), “*such the chaos, and any subsequeunte increase in austerity, could play Euroscepticism in Italy and elsewhere*”. Até a Dinamarca, através do “Partido Popular”, propôs uma nova avaliação das relações com União Europeia.

Esta votação, apesar de apertada, – 51,9% dos eleitores britânicos a favor da saída, contra 48,1% dos eleitores que apoiaram a permanência – fez com que o Primeiro Ministro David Cameron renunciasse ao cargo e trouxe uma sensação de isolamento que poderia ameaçar a manutenção de todo o bloco. Após o anúncio do resultado, o mercado mundial de capitais entrou em uma intensa agitação, com bolsas internacionais abrindo em queda e com a libra esterlina alcançando seu menor valor nos últimos trinta anos¹⁶.

Há décadas não se percebia tanto ceticismo em relação à construção da unidade europeia. O receio de que o exemplo britânico se espalhe e signifique a abertura de um processo amplo de fragmentação se tornou latente. Os Estados membros instituidores da União Europeia asseguraram seus anseios por uma negociação célere em relação ao afastamento do Reino Unido.

A coação exercida pela liderança da União Europeia tem ido fortemente contra as pretensões britânicas, pois as intenções eram se utilizar de um lapso temporal maior para

¹⁶ <http://www.ft.com/cms/s/2/50436fde-39bb-11e6-9a05-82a9b15a8ee7.html>

a condução das negociações de saída¹⁷. O Primeiro Ministro David Cameron anunciou a entrega do cargo para outubro de 2016 e que os termos negociais de saída serão conduzidos por sua sucessora Theresa May.

Até mesmo as lideranças mais radicais a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, afirmam agora não existir pressa para debater os termos para negociação do afastamento. Contudo, a União Europeia vem sendo enérgica ao defender que o acionamento da Cláusula 50 do Tratado de Lisboa – que rege o processo de saída de um país do bloco europeu – precisa ser feito imediatamente.

Países signatários do Tratado de Roma – que em 1957 assinalou o início do processo de união política e econômica do continente europeu – como França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Itália e Holanda, afirmam que a ruptura conduzida pelo Reino Unido não pode ser um empecilho para o equilíbrio da União Europeia.

O açodamento se releva principalmente, porque a consequência do resultado plebiscitário do Reino Unido pode repercutir negativamente por ainda mais tempo se o bloco europeu se quedar inerte diante da incomum desfeita de um Estado membro. Em países como a França, Holanda, Áustria e Itália, partidos "eurocéticos" estão se utilizando do exemplo britânico para impor o mesmo tipo de ditame popular aos seus governos.

A União Europeia ainda garante firmeza ao negociar com o Reino Unido, como forma de impedir uma circunstância em que os britânicos alcancem um acordo econômico de permanência no mercado comum que possa causar situações de injustiça em relação aos demais Estados membros. Outro importante tema a ser debatido durante as negociações de retirada do Reino Unido, diz respeito a situação de um imaginável novo ensaio de independência da Escócia, que na campanha do plebiscito teve a opção pela permanência no bloco europeu, obtido mais de 60% das intenções de voto.

A própria Primeira Ministra do governo escocês, Nicola Sturgeon, já divulgou que o país quer negociações imediatas com as lideranças da União Europeia como forma de resguardar a Escócia, enquanto Estado membro do bloco. Sturgeon assegurou o início dos preparativos para a realização de um segundo plebiscito de independência escocesa. Em 2014 já havia ocorrido uma consulta, no qual 55% dos escoceses votaram pela permanência no Reino Unido.

¹⁷<http://www.theguardian.com/politics/2016/jun/24/europe-plunged-crisis-britain-votes-leave-eu-european-union>

4. O “Brexit” e o risco de fragmentação da União Europeia.

A conquista dos adeptos da retirada do Reino Unido da União Europeia, estabelecida por plebiscito no dia 23 de junho de 2016, alocou todo o processo de integração regional da Europa em uma situação bastante delicada. O afastamento dos britânicos entra em uma lista de vários problemas, sendo que, neste momento o mais difícil deles tem sido a crise migratória. O desenvolvimento econômico acanhado e o crescimento dos movimentos nacionalistas de extrema direita nos 28 países que integram a União Europeia, tem cada vez mais fortalecido o sentimento de desintegração do bloco europeu¹⁸.

A vitória do “Brexit” foi um retrocesso muito grave no conceito de alargamento e aprofundamento da integração europeia, que se norteia exatamente na ampliação contínua do seu espectro de abrangência. O “Brexit” possibilitou que ocorresse justamente o oposto, já que, adveio a retirada espontânea de um importante Estado membro. A partir desse marco histórico, permanece a probabilidade concreta de que outros Estados membros – onde a ideologia eurocética se encontre elevada – possam do mesmo modo, rumar para esse caminho do isolamento. Mesmo que essa situação não aconteça de forma imediata, seu espectro serve para desequilibrar a consciência coletiva do cidadão europeu¹⁹.

Na França, no ano de 2017 acontecerão eleições gerais, e uma das maiores opositoras do projeto de construção da unidade europeia, Marine Le Pen – líder do Partido “Frente Nacional” – hipoteticamente ganhando as eleições, por mais improvável que possa parecer, geraria outro imenso problema para o bloco europeu, uma vez que ela já se manifestou sucessivas vezes a favor de um plebiscito.

Na Holanda, podem existir dificuldades semelhantes, acaso ocorra a ascensão ao poder de Geert Wilders – líder do “Partido para Liberdade”. A saída de um Estado membro importante como o Reino Unido pavimentou o fortalecimento dos ideais nacionalistas e isolacionistas de uma determinada parcela dos cidadãos dos demais países.

Não restam dúvidas que os acontecimentos que conduziram à saída do Reino Unido serviram de motivação para os movimentos nacionalistas que cada vez mais afloram nos países europeus. Contudo, é importante enfatizar, que não se trata da primeira

¹⁸ <http://www.wsj.com/articles/adapting-the-european-union-to-the-world-after-brexit-1467834159>

¹⁹ <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/24/european-far-right-hails-britains-brexit-vote-marine-le-pen>

ocasião em que a integração da Europa encarou circunstâncias difíceis. Ao longo de todo o processo de integração dificuldades surgiram e foram superadas.

Existem fortes indícios de que o “Brexit” não significa necessariamente uma causa, tendo como consequência a fragmentação da União Europeia, ou até mesmo, imaginar que outro Estado membro vá se retirar essencialmente em virtude do resultado ocorrido no Reino Unido. A situação do processo de integração é mais complexa e a decorrência imediata da saída britânica será basicamente um estado defensivo das lideranças do bloco europeu perante às forças nacionalistas e populistas que tentam pôr fim à União Europeia.

Os efeitos negativos evidentes – mormente na economia – do “Brexit”, irão solapar os arcaicos conceitos nacionalistas²⁰. Existe uma utopia no ideário popular dos que se deixam iludir pelas concepções nacionalistas e populistas, de que serão conservadas as vantagens adquiridas com o ingresso no mercado único europeu proporcionado pela União Europeia.

O mais importante a ser aprendido com o “Brexit” conduz, principalmente, ao estímulo para modificações no sistema representativo da União Europeia. É necessária uma avaliação sincera das dificuldades estruturais de legitimação e da influência participativa dos Estados membros dentro do conceito integrativo da Europa. Permanece sendo imperativo avançar na implementação dos mecanismos de funcionamento da União Europeia. É imprescindível uma maior participação democrática e uma reforma densa nas políticas públicas do bloco – o maior exemplo atual disso, é o de como lidar com a crise dos refugiados. Assegura Betts e Collier (2015, p.85):

The need for a fresh approach to the crisis is obvious. To properly care for the displaced, policymakers must first understand the concerns of the states that host them. An effective refugee policy should improve the lives of the refugees in the short term and the prospects of the region in the long term, and it should also serve the economic and security interests of the host states.

Tais provocações de cunho nacionalista como o “Brexit” devem ser contornados de maneira pragmática, através de ajustes intergovernamentais, maior legitimidade democrática dos Estados membros e fortalecimento das instituições comunitárias. Com isso, o projeto de integração europeu não queda desacreditado por parte de seus cidadãos e da sociedade internacional.

²⁰ <http://www.newyorker.com/news/daily-comment/a-perilous-nationalism-at-brexit>

A contemporânea e evidente ascensão global do populismo e de nacionalismos radicais devem ser questionados e combatidos, para se evitar o retrocesso de concepções talhadas pelo modelo clássico Westfaliano. O “Brexit” foi reflexo, antes de tudo, da atual crise da democracia, conducente a um sentimento de mudança do sistema político posto. Essa percepção, potencializada com a crise econômica mundial iniciada em 2008, promoveu uma intensa oposição à globalização e à imigração, que, apesar de sempre existirem, repousava em um nível bem mais baixo.

O populismo e o nacionalismo têm sido beneficiados pela profunda incerteza em relação ao futuro. Estas ideologias se utilizam de justificativas, como o combate aos processos de integração regionais e à imigração, como meio a um utópico retorno a nostálgicos dias melhores. Esse sentimento de glória do passado associado a rigidez da soberania nacional ficou bem demonstrado no caso do Reino Unido.

Tal anseio por retorno aos “tempos áureos” é dividido por 65% dos britânicos, uma proporção que chega a 73% entre as pessoas com mais de 50 anos de idade. O resultado do plebiscito indicou que a maioria dos britânicos crê que se alforriou dos mandos da União Europeia e que o Reino Unido retornaria às condições supostamente mais benéficas anteriores ao fenômeno integrativo europeu.

Afora a melancolia e catarse coletiva, a consequência da crise e do isolacionismo tem sido a ascensão do populismo, ideologia particularmente nociva que dantes permanecia nos arredores de regiões como a América Latina, contudo terminou por contaminar o mundo globalizado. O mais paradoxal em toda essa situação, mostra-se observável, em uma tendência que vem ocorrendo em muitos países da América do Sul, que estão, inversamente ao continente Europeu, selecionando governantes liberais após um extenso período de estagnação e retrocesso populista – exemplos dessa conjuntura são países como Peru, Colômbia, Argentina e o próprio Brasil.

Essa sensação dos cidadãos europeus de que a União Europeia não é mais capaz de resolver as várias crises que a Europa enfrenta tem que mudar. O bloco europeu tem que se aperfeiçoar e progredir na resolução das grandes dificuldades como as crises econômicas, com a questão dos refugiados, e o crescente terrorismo. O “Brexit” abalou as convicções integrativas e deve obrigar uma reação coletiva eficiente por parte da União Europeia. Avalia Woods (2016, p.167):

The idea of European federation promised Peace within Europe’s borders and global influence beyond them. But Europe is not on the path toward that future. The Eurozone crisis has cracked the foundations of European integration. European countries have successfully cooperated over the past six decades and are likely to continue to do so, under an umbrella of German hegemony.

Paradoxically, ever-strengthening German leadership simultaneously facilitates cooperation and repels further integration. The result will be a Europe that continues to use, but does not fully exploit, its collective political and economic weight in the world.

No Reino Unido, a eloquência conflagrada dessa direita nacionalista, que ataca o *statu quo* e agride os imigrantes ao extremo, com condutas que chegam a serem confundidas com xenofobia, tem esfolado a utopia do retorno aos tempos gloriosos. Um plano de governo baseado na proteção isolacionista dos problemas europeus e em pretensas participações em um mercado único que não os aceitará, estará fadado à ruína.

O maior perdedor a curto prazo dessa situação foi o Reino Unido²¹, que subestimou o poder dos eurocéticos dentro dos países que o compõe. O ceticismo em relação à União Europeia é antigo e esclarece como o país escolheu permanecer por fora da zona do euro, das fronteiras abertas e principalmente do projeto de aprofundamento da integração do bloco europeu. A transparência nas relações internacionais é fundamental para o desenvolvimento de um convívio mútuo entre Estados, apesar das diferenças, o incremento da economia acontece com o implemento de uma integração. Pondera Larkin (2016, p. 145):

The new era of transparency will increasingly expose gaps between governments' rhetoric and reality, empowering domestic and international audience to hold leaders more accountable for their decisions. Of course, governments that typically comply with their own laws and with international norms are more likely to address their transgressions when confronted. But leaders of all stripes may still attempt to spin alternate narrative rather than change their behavior. In either case, transparency will undermine strategies that rely on secrecy and strengthen adherence to international norms.

A integração possibilita que vários aspectos da sociedade internacional sejam tratados de maneira transparente, servindo de estímulo para o desenvolvimento democrático e possibilitando o crescimento econômico e social favorável dos cidadãos dos países que compõe esses blocos²².

A União Europeia prontamente enfrentou momentos delicados, contudo a grande dúvida é se conseguirá resistir a mais esse intenso período de ruptura do processo de integração. Na sociedade internacional os Estados são mais fortes quando estão unidos, prova disso é que os conflitos bélicos, na maioria das vezes, só podem ser dissuadidos pelo pragmatismo econômico oferecidos no contexto dos sistemas de integração.

²¹ <http://www.wsj.com/articles/who-loses-the-most-from-brex-it-try-goldman-sachs-1460403274>

²² <http://www.spiegel.de/international/europe/brex-it-editorial-if-we-don-t-love-europe-we-will-lose-it-a-1099602.html>

5. Conclusão

Pelo que foi analisado neste estudo, há, entre os cidadãos da Europa Ocidental e particularmente na União Europeia, um sentimento de que a União não é suficientemente forte e competente para resolver seus problemas. Tem-se como exemplo as ações adotadas pela União Europeia no caso da crise financeira de 2008/9 e os resultados insipientes alcançados em benefício dos países de menor desenvolvimento relativo. A Presença do FMI na Europa para salvar esses países foi muito marcante, principalmente entre Estados como Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, só para citar alguns.

As pesquisas feitas por órgãos e institutos independentes apontam que a maioria dos ingleses e franceses não estão satisfeitos com a troca de parte da sua soberania pela gestão comunitária. À luz do direito internacional comunitário, pode-se observar que os Estados partes estão reféns da União no tocante a aspectos econômicos, principalmente.

Pelo Tratado de Lisboa algumas das importantes ações econômicas são decididas e tomadas pela União de forma impositiva aos Estados. No caso das crises, estas medidas têm se mostrado ineficazes, despertando a desconfiança e o descrédito dos cidadãos que tradicionalmente são os últimos a decidir sobre o futuro da União e sobre a realização do sonho de integração de Robert Schuman e Jean Monet.

6. Referências

BASICS FACTS ABOUT UNITED NATIONS. New York: United Nations Department of Public Information, 2014.

Periódicos

BETTS, Alexander; COLLIER, Paul. *Help Refugees, Help Themselves*. In **Foreign Affairs**, New York: Vol. 94, n°6, November/December 2015.

LARKIN, Sean P. *The Age of Transparency*. In **Foreign Affairs**, New York: Vol. 95, n°3, May/June 2016.

L'OBS. Paris: n. 2694. June, 2016.

MILLSAP, Chase. *America's Ronin Refugees*. In **Journal of International Affairs**, New York: Columbia University – School of International and Public Affairs, Vol. 69, n°2 Spring/Summer 2016.

WOODS, Ngairé. *The European Disunion*. In **Foreign Affairs**, New York: Vol. 95, n°1, January/February 2016.

THE ECONOMIST. London: vol. 419, n. 8994. June 18th 2016.

THE ECONOMIST. London: vol. 420, n. 8998. July 16th 2016.

THE ECONOMIST. London: vol. 419, n. 8987. April 30th 2016.

THE ECONOMIST. London: vol. 413, n. 8909. October 18th 2014.

THE ECONOMIST. London: vol. 418, n. 8975. February 6th 2016.

THE ECONOMIST. London: vol. 420, n. 8996. July 2nd 2016.

TIME. London: vol. 188. p. 8. July 9, 2016.

Endereços eletrônicos

<https://yougov.co.uk/news/2016/06/28/online-polls-were-right/>

http://www.nytimes.com/2016/06/21/world/europe/brexit-britain-eu-explained.html?_r=0

<http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/eu-referendum-brexit-would-prompt-regulationfest-of-replacing-brussels-bureaucracy-leading-lawyers-a6927746.html>

https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/unitedkingdom_en

<http://www.parliament.uk/mps-lords-and-offices/mps/current-state-of-the-parties/>

<http://www.nytimes.com/2016/07/24/us/donald-trump-wall-immigration-ranchers.html>

<http://time.com/4381878/brexit-generation-gap-older-younger-voters/>

<https://yougov.co.uk/news/2016/07/30/brexit-fails-boost-support-scottish-independence/>

<https://yougov.co.uk/news/2016/06/27/how-britain-voted/>

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/28/the-guardian-view-on-scotland-and-brexit-nicola-sturgeon-speaks-for-britain>

<http://www.ft.com/cms/s/2/0260242c-370b-11e6-9a05-82a9b15a8ee7.html>

<http://www.ft.com/cms/s/0/2b75023a-371d-11e6-9a05-82a9b15a8ee7.html>

<http://www.ft.com/cms/s/2/50436fde-39bb-11e6-9a05-82a9b15a8ee7.html>

<http://www.theguardian.com/politics/2016/jun/24/europe-plunged-crisis-britain-votes-leave-eu-european-union>

<https://www.theguardian.com/world/2016/jun/24/european-far-right-hails-britains-brexit-vote-marine-le-pen>

<http://www.wsj.com/articles/who-loses-the-most-from-brexit-try-goldman-sachs-1460403274>

<http://www.wsj.com/articles/adapting-the-european-union-to-the-world-after-brexit-1467834159>

<http://hir.harvard.edu/brexit-will-good-european-integration/>

<http://www.spiegel.de/international/europe/brexit-editorial-if-we-don-t-love-europe-we-will-lose-it-a-1099602.html>

<http://www.newyorker.com/news/daily-comment/a-perilous-nationalism-at-brexit>